

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Do Sr. Aécio Neves)

, DE 2011

Requer ao Sr. Ministro de Estado da Saúde informações sobre qual foi o montante total dos recursos repassados na área da saúde nos anos de 2007 a 2011 e sua respectiva Execução Orçamentária .

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos art. 216, inciso I, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, sobre qual foi o montante total dos recursos repassados na área da saúde nos anos de 2007 a 2011 e a execução orçamentária efetivamente realizada pela União, não contabilizados ou identificados nesse montante os recursos inscritos em restos a pagar e posteriormente cancelados pelo governo federal discriminados, preferencialmente, por cada Estado da Federação.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Congresso Nacional sobre a regulamentação da EC 29 – recursos vinculados para área da saúde – trará reflexos imediatos à população brasileira. O Parlamento tem o dever/poder de acertar.

Assim, ao ler notícia veiculada no Jornal “O Globo”¹, publicado no dia 28 p.p. sob o título “Na Saúde, gastos em queda”, vi com enorme preocupação, a possível artimanha que pode estar sendo engendrada para mascarar a subtração de recursos destinados a saúde, inclusive, segundo a mesma fonte, objeto de ação promovida Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) que reclama a devolução de R\$ 2,6 bilhões.

Reforça a necessidade da apresentação do presente Requerimento, a informação constante do final da matéria, de que ao ser procurado para esclarecer os fatos narrados, o Ministro da Saúde, não quis se manifestar sobre o assunto.

Registro, por último, que a identificação dos recursos destinados para saúde cancelados no decorrer do exercício orçamentário é de fundamental importância para verificação sobre o gasto efetivo realizado pela União nesta área.

Sala das Sessões, em de novembro de 2011

Senador Aécio Neves
PSDB/MG

¹ BRASÍLIA

A grave crise no setor da Saúde reflete, entre outros problemas, escolhas do governo no rateio dos recursos federais. Desde 2000 - quando entrou em vigor a Emenda Constitucional 29, que estabelece um piso de gastos para o setor - até o ano passado, o montante de recursos efetivamente aplicados caiu de 1,76% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,66%, na contramão do espírito da lei. Levantamento realizado pelo GLOBO mostra que, na área social, o setor foi o que mais perdeu na comparação com os demais. Na Educação, os gastos subiram de 0,97% para 1,29% do PIB nesse período. Na Previdência, pularam de 6,3% para 6,9%, e, na Assistência Social, de 0,45% para 1,06% do produto.

Os números da execução orçamentária mostram enorme diferença entre o que o governo se comprometeu a gastar e o que, na prática, foi destinado à Saúde. De 2000 a 2010, a diferença entre os valores empenhados (prometidos) no orçamento da Saúde e o que foi efetivamente gasto no setor chega a R\$45,9 bilhões, sem considerar a inflação do período. Só em 2010, essa diferença foi de R\$6,4 bilhões.

Em 2010, se os valores empenhados no **Ministério da Saúde** tivessem sido efetivamente gastos no custeio do setor, a parcela do governo federal aplicada pularia de 1,66% para 1,83% do PIB. No ano passado, foram empenhados R\$67,328 bilhões e, gastos, efetivamente, R\$60,924 bilhões.

A Emenda Constitucional 29, aprovada em setembro de 2000, pretendeu assegurar um piso de gastos para a Saúde que, na prática, tornou-se o teto das despesas. Além disso, o cumprimento pleno do piso constitucional é questionado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Parte do previsto vira restos a pagar

O governo calcula o piso de gastos com base no montante de recursos empenhados para o setor somado à variação nominal do PIB - como estabelece a Emenda 29. No entanto, parte desses recursos não é executada no exercício e transforma-se em restos a pagar. Ou seja, é transferida para o orçamento do ano seguinte.

O que os procuradores do Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) constataram é que uma parte desses restos a pagar é cancelada, após ter sido computada no piso da área da Saúde. A ação do MPF-DF, de outubro de 2010, reclama a devolução de R\$2,6 bilhões que teriam sido subtraídos do piso por meio desse expediente.

- O governo tem deixado, a cada ano, bilhões em recursos destinados à Saúde como restos a pagar e, nos anos seguintes, cancela esses recursos. Aí está a fraude - alerta o médico Gilson Carvalho, especialista da área e consultor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais da Saúde.

(...)

O governo não quis comentar os números da execução orçamentária que mostram a redução nos gastos com Saúde, desde o início da vigência da Emenda 29, em proporção do PIB. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi procurado ontem, mas sua assessoria informou que ele e o ministério não iriam se manifestar, porque não houve tempo para analisar os dados.